

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXVI Seminário de Iniciação Científica

## **ANÁLISE DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS NO PERÍODO DE 2013 A 2017<sup>1</sup>**

### **ANALYSIS OF THE BUDGETARY BALANCE OF THE MUNICIPALITY OF IJUÍ/RS IN THE PERIOD FROM 2013 TO 2017**

**Marcia Bonini Contri<sup>2</sup>, Irani Paulo Basso<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido na disciplina de Orçamento Público - adaptado.

<sup>2</sup> Acadêmica de Ciências Contábeis na Unijuí. E-mail: marciabcontri@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Docente do curso de Ciências Contábeis na Unijuí. E-mail: iranib@unijui.edu.br

#### **Introdução**

O Orçamento Público é uma ferramenta de planejamento governamental que apresenta a programação das ações e a definição das metas que possam atender da melhor forma possível as necessidades da população; essencial para contribuir com o desenvolvimento das finanças do Estado e instrumentalizar a transparência da gestão pública. Para entendê-lo corretamente, é fundamental conhecer seus dispositivos legais e as definições e funções das receitas e despesas públicas.

A previsão das receitas orçamentárias deve ser feita de forma paralela a das despesas, onde as receitas devem ser superiores às despesas para atingir o equilíbrio orçamentário. Esta estimativa deve ser feita com base nas necessidades e realidade do ente público, com previsão apenas de recursos que provavelmente ingressarão nos cofres públicos.

A correta condução das contas públicas é fundamental, visto que financiam serviços essenciais como saúde, educação, manutenção de estradas, pagamento de funcionários públicos, entre outros. Deste modo, a atuação dos agentes públicos necessita de comprometimento, onde as práticas de governança devem estar alinhadas às necessidades da população e cumprir com os limites institucionais determinados por Lei.

Deste modo, entende-se por Receita Pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores, os quais o Governo tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos que derivem direitos a favor do Estado, oriundas de finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou figure como depositário de valores que não lhe pertencem (KOHAMA, 2003).

Conforme Kohama (2016), constituem Despesa Pública os gastos fixados na Lei Orçamentária ou em leis especiais e destinadas à execução dos serviços públicos e aumentos patrimoniais; à execução dos compromissos da dívida pública; ou à restituição ou pagamento de importâncias recebidas a títulos de cauções, depósitos, consignações, entre outros. Através da realização das despesas, o governo garante a prestação dos serviços básicos, os investimentos e o custeio dos

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXVI Seminário de Iniciação Científica

setores da administração pública (BERNARDONI, CRUZ, 2010).

Assim, torna-se fundamental analisar o desempenho da arrecadação e dos gastos públicos, onde é preciso evidenciar para a sociedade qual foi o resultado econômico produzido pelo gasto, quais foram os serviços prestados e se a entidade está operando com equilíbrio, déficit ou superávit. É necessário eficiência para consumir menos recursos para produzir os bens e serviços necessários à população (SLOMSKI, 2005).

Quando se trata da gestão do orçamento público, ou seja, da utilização dos recursos pelo Estado, o mais importante é evitar gastar além do que se arrecada. Quando isso não ocorre, as contas públicas apresentam déficits, que levam ao endividamento, ao longo do tempo (PEREIRA, 2003). Em contrapartida, quando a arrecadação é superior aos gastos, ocorre um superávit orçamentário, garantindo um capital que poderá ser utilizado no financiamento de novos projetos e atividades ou reforçar os existentes. O resultado primário indica se as despesas são compatíveis com as receitas, avaliando se o governo opera dentro dos limites orçamentários e se contribui para a redução ou elevação do endividamento público (LIMA, DINIZ, 2016).

### **Metodologia**

A classificação metodológica possui a finalidade de auxiliar no desenvolvimento da pesquisa e suas etapas, proporcionando a obtenção de resultados condizentes com os objetivos propostos (GIL, 2010). Deste modo, quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva, pois visa identificar relações entre variáveis (GIL, 2010). Quanto aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso, pois procura aprofundar-se na questão proposta, através do estudo das receitas e despesas do município de Ijuí (GIL, 1999). Por fim, quanto à abordagem, apresenta características da pesquisa qualitativa, comum na Contabilidade - ciência social que busca aprofundar-se em questões relacionadas ao seu desenvolvimento, como análises financeiras, econômicas e de desempenho (BEUREN, 2004).

Os dados deste estudo serão coletados a partir do Balanço Orçamentário do Município de Ijuí, referentes às receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por categoria econômica - correntes e de capital, que apresenta o Resultado Orçamentário - déficit ou superávit - e o montante incorporado no estoque de dívida do Município, no período abrangido pelo estudo - de 2013 a 2017. A análise comparativa por categoria econômica será desenvolvida através do método de análise vertical, que demonstra a representatividade de participação de cada grupo em relação a determinado valor base (LIMA, DINIZ, 2016).

### **Resultados e Discussão**

A composição das receitas arrecadadas pelo município de Ijuí no período abrangido pelo estudo é apresentada no Quadro 1, que evidencia a participação de cada fonte de recursos.

Quadro 1: Análise Vertical das Receitas arrecadadas, segundo as categorias econômicas, do

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

período de 2013 a 2017 do município de Ijuí – Valores Originais.

Especificação	2013	AV 2013	2014	AV 2014	2015	AV 2015	2016	AV 2016	2017	AV 2016
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 203.371.996,44</b>	<b>90,34</b>	<b>R\$ 235.411.215,09</b>	<b>99,33</b>	<b>R\$ 266.267.697,65</b>	<b>93,86</b>	<b>R\$ 297.776.048,43</b>	<b>90,42</b>	<b>R\$ 308.678.497,16</b>	<b>93,65</b>
Tributárias	R\$ 26.069.483,59	11,38	R\$ 30.545.520,56	11,39	R\$ 35.030.501,22	11,70	R\$ 38.042.440,90	11,55	R\$ 42.495.036,77	12,34
De Contribuições	R\$ 11.229.178,39	4,99	R\$ 12.772.741,03	4,83	R\$ 14.714.830,57	4,91	R\$ 16.902.046,90	5,13	R\$ 18.079.710,75	5,23
Patrimonial	R\$ 13.309.628,27	5,95	R\$ 14.632.884,51	5,53	R\$ 16.692.997,50	5,57	R\$ 23.233.964,05	7,06	R\$ 21.145.473,67	6,14
Agropecuária	R\$ 139.678,64	0,06	R\$ 92.979,52	0,04	R\$ 100.181,24	0,03	R\$ 96.313,17	0,03	R\$ 75.102,16	0,02
Industrial	R\$ 46.198.235,18	20,22	R\$ 57.511.916,03	21,83	R\$ 72.289.276,01	24,12	R\$ 825.982,04	0,23	R\$ 1.329.465,58	0,39
De Serviços	R\$ 3.757.604,45	1,87	R\$ 4.549.882,34	1,73	R\$ 4.382.168,67	1,48	R\$ 79.936.299,13	24,27	R\$ 85.259.757,78	24,78
Transferências Correntes	R\$ 99.661.234,47	41,61	R\$ 109.082.862,24	39,11	R\$ 109.264.363,00	36,46	R\$ 125.880.061,94	38,22	R\$ 130.421.882,90	37,88
Outras Receitas Correntes	R\$ 8.928.913,45	3,97	R\$ 12.252.428,84	4,63	R\$ 13.779.377,35	4,60	R\$ 12.839.039,40	3,90	R\$ 9.878.064,55	2,87
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 6.236.988,57</b>	<b>2,77</b>	<b>R\$ 10.871.901,37</b>	<b>4,13</b>	<b>R\$ 9.099.282,07</b>	<b>3,04</b>	<b>R\$ 2.540.887,27</b>	<b>0,77</b>	<b>R\$ 1.468.291,12</b>	<b>0,43</b>
Operações de Crédito	R\$ 0,00	0,00	R\$ 3.000.268,46	1,14	R\$ 3.184.040,52	1,06	R\$ 473.671,38	0,14	R\$ 104.186,81	0,03
Alienação de Bens	R\$ 226.045,00	0,10	R\$ 135.037,39	0,03	R\$ 407.018,07	0,14	R\$ 1.671.515,48	0,05	R\$ 76.597,76	0,02
Amortização de Empréstimos	R\$ 19.340,02	0,01	R\$ 15.229,46	0,01	R\$ 12.640,30	0,00	R\$ 10.741,24	0,00	R\$ 7.743,30	0,00
Transferências de Capital	R\$ 5.991.608,55	2,66	R\$ 7.721.216,06	2,93	R\$ 5.495.564,68	1,83	R\$ 1.888.159,17	0,57	R\$ 1.279.762,75	0,37
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00
<b>RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 15.594.707,88</b>	<b>6,89</b>	<b>R\$ 17.202.333,91</b>	<b>6,53</b>	<b>R\$ 24.297.428,60</b>	<b>8,11</b>	<b>R\$ 29.023.411,54</b>	<b>8,81</b>	<b>R\$ 34.183.389,18</b>	<b>9,93</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>R\$ 225.113.692,99</b>	<b>100,00</b>	<b>R\$ 263.485.450,37</b>	<b>100,00</b>	<b>R\$ 299.664.408,32</b>	<b>100,00</b>	<b>R\$ 329.339.547,24</b>	<b>100,00</b>	<b>R\$ 344.339.177,46</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaborado a partir dos Balanços Orçamentários Consolidados, disponibilizados pela Prefeitura Municipal.

As Receitas Correntes representam aproximadamente 90% do valor das receitas totais ao longo dos cinco anos analisados, com seu valor crescente em todos os anos. O destaque neste grupo vai para as transferências correntes, que são de aproximadamente 40% em todos os anos, também com crescimento constante. Outro item importante nesta análise são as receitas industriais, que foram de aproximadamente entre 20% a 24% de 2013 à 2015, apresentando queda brusca de valores e representatividade em 2016, passando a menos de 1% do total arrecadado, pois a partir desse ano, a maior parcela dela foi classificada como receitas de serviços, e, por consequência, os serviços, que mantinham-se constantes em percentuais abaixo de 2%, obtiveram um crescimento muito significativo a partir de 2016, chegando a aproximadamente 24% do total das receitas.

Já as Receitas de Capital têm variado de menos de 1% a aproximadamente 4% das receitas totais, onde sua maioria significativa provém da transferência de capitais em todos os períodos. As operações de crédito foram nulas no primeiro ano, passando para aproximadamente 1% nos anos de 2014 e 2015, e reduzindo significativamente para aproximadamente 0,1% nos períodos seguintes. As Receitas Intra Orçamentárias, decorrentes de operações entre os entes integrados do Poder Público, mantiveram-se entre aproximadamente 6% e 9% do total arrecadado em todos os períodos analisados, com valores crescentes em todos os períodos.

No Quadro 2, são apresentados os dispêndios do município nos cinco anos avaliados, através da apresentação de suas despesas.

Quadro 2: Análise Vertical das Despesas empenhadas, segundo as categorias econômicas, do período de 2013 a 2017 do município de Ijuí – Valores Originais.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

Especificação	2013	AV 2013	2014	AV 2014	2015	AV 2015	2016	AV 2016	2017	AV 2016
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 178.695.649,60</b>	<b>69,95</b>	<b>R\$ 210.223.567,74</b>	<b>70,07</b>	<b>R\$ 249.169.797,68</b>	<b>75,23</b>	<b>R\$ 264.129.133,63</b>	<b>75,17</b>	<b>R\$ 279.696.334,54</b>	<b>72,30</b>
Pessoal e Encargos	R\$ 99.686.600,27	55,82	R\$ 115.297.749,58	64,43	R\$ 126.857.086,68	69,93	R\$ 138.840.015,12	69,46	R\$ 153.575.438,18	69,70
Outras Despesas Correntes	R\$ 78.929.049,33	44,13	R\$ 94.925.818,16	52,64	R\$ 122.332.710,99	68,30	R\$ 125.289.118,51	69,57	R\$ 126.120.896,36	69,48
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 80.000,00	0,04	R\$ 253.820,06	0,12	R\$ 479.591,87	0,24	R\$ 636.787,41	0,24	R\$ 432.300,00	0,15
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 18.584.254,26</b>	<b>10,41</b>	<b>R\$ 23.869.334,41</b>	<b>12,78</b>	<b>R\$ 13.321.384,94</b>	<b>7,20</b>	<b>R\$ 10.579.611,34</b>	<b>5,68</b>	<b>R\$ 7.985.808,27</b>	<b>4,47</b>
Investimentos	R\$ 14.761.830,08	8,26	R\$ 23.228.865,66	13,01	R\$ 12.614.211,71	7,03	R\$ 9.627.132,33	5,40	R\$ 7.038.308,27	3,94
Inversões Financeiras	R\$ 2.500.000,00	1,39	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00
Amortização da Dívida	R\$ 1.322.424,18	0,74	R\$ 640.468,75	0,35	R\$ 707.173,23	0,39	R\$ 916.479,01	0,51	R\$ 947.500,00	0,53
<b>RESERVA CONTINGÊNCIA</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 15.936.733,48</b>	<b>8,92</b>	<b>R\$ 17.222.315,00</b>	<b>9,60</b>	<b>R\$ 24.593.633,83</b>	<b>13,75</b>	<b>R\$ 29.636.849,59</b>	<b>16,64</b>	<b>R\$ 34.728.079,02</b>	<b>19,44</b>
<b>SUB TOTAL</b>	<b>R\$ 213.216.637,34</b>	<b>120,12</b>	<b>R\$ 251.315.217,15</b>	<b>140,44</b>	<b>R\$ 286.994.816,45</b>	<b>161,28</b>	<b>R\$ 304.339.594,55</b>	<b>171,81</b>	<b>R\$ 322.410.221,83</b>	<b>181,22</b>
<b>SALDO DOTAÇÃO NÃO EMPENHADA</b>	<b>R\$ 42.255.853,48</b>	<b>24,51</b>	<b>R\$ 48.703.857,26</b>	<b>27,33</b>	<b>R\$ 44.007.839,37</b>	<b>23,43</b>	<b>R\$ 56.651.764,69</b>	<b>32,41</b>	<b>R\$ 64.445.196,25</b>	<b>38,18</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 255.472.490,82</b>	<b>144,63</b>	<b>R\$ 300.019.074,41</b>	<b>167,77</b>	<b>R\$ 331.002.655,82</b>	<b>184,71</b>	<b>R\$ 360.991.359,24</b>	<b>204,22</b>	<b>R\$ 386.855.418,08</b>	<b>219,40</b>

Fonte: elaborado a partir dos Balanços Orçamentários Consolidados, disponibilizados pela Prefeitura Municipal.

Assim como nas Receitas, as Despesas Correntes também representam o maior valor em relação ao total dos gastos, mantendo-se em aproximadamente 70% das despesas totais em todos os anos. Destacam-se dois importantes grupos, que representam aproximadamente, cada um, metade das despesas correntes em todos os exercícios, com pequenas oscilações: despesas com pessoal e encargos e outras despesas correntes.

As Despesas de Capital representaram, ao longo dos cinco anos, aproximadamente 2% a 7% das despesas totais, apresentando-se crescentes nos dois primeiros anos e decrescente nos três últimos, em termos de valores, principalmente devido à queda nas despesas de Investimentos, que igualmente apresentaram o mesmo padrão de crescimento e decréscimo ao longo dos períodos. As despesas com amortizações de dívidas mantiveram-se decrescentes nos três primeiros períodos, passando a apresentar crescimento nos dois últimos anos da série. Assim como as Receitas, as Despesas Intra Orçamentárias, igualmente decorrentes de operações entre os orçamentos dos entes integrados do Poder Público, mantiveram-se constantes também entre 5% e 8% do total despendido, igualmente com valores crescentes, inclusive muito semelhantes aos das Receitas Intra Orçamentárias. O saldo da dotação não empenhada representa despesas que não haviam criado a obrigação de pagamento, e mantém-se constantes em aproximadamente 16%, com pequenas oscilações.

O município de Ijuí apresentou superávit em todos os períodos, com valores crescentes, tanto para receitas quanto para despesas, evidenciando uma diferença positiva série analisada. No segundo ano, apresentou crescimento, com decréscimo nos dois anos seguintes, voltando a crescer no último período, em 2017.

### Considerações Finais

Através do Orçamento Público, são elaboradas as estimativas de receitas e propostas de despesas, o que evidencia a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo em determinado exercício. Uma atuação comprometida dos agentes públicos, que possibilite transparência e acesso à informação, também é determinante para a eficácia da lei de orçamento

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XXVI Seminário de Iniciação Científica

e melhor distribuição dos recursos.

Deste modo, a análise dos balanços orçamentários do município de Ijuí/RS, com ênfase nas receitas realizadas e despesas empenhadas, possibilitou observar quais são as principais fontes de arrecadação e de dispêndio de valores nos últimos cinco anos, além de destacar o superávit em todos os períodos analisados.

**Palavras-chave:** orçamento público, receita, despesa, gestão pública.

**Keywords:** public budget; revenue; expenditure; public management.

#### **Referências Bibliográficas**

BERNARDONI, Doralice Lopes; CRUZ, June Alisson Westarb. Planejamento e orçamento na administração pública. 2. ed. revisada, ampliada e atualizada. Curitiba: Ibpx, 2010.

BEUREN, Ilse Maria (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josedilton Alves. Contabilidade pública: análise financeira governamental. São Paulo: Atlas, 2016.

PEREIRA, José Matias. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2005.